



Índice

- 01** Povos indígenas ocupam SESAI de Belém para denunciar precariedade no atendimento à saúde
- 02** Relatório pode servir de prova para devolução de terras indígenas
- 03** Indígenas denunciam abandono da Casai em Paragominas, PA
- 04** A quem a FUNAI representa? - por Rubens Moreira Mendes Filho
- 05** Audiência Pública analisa situação dos povos indígenas no RS
- 06** Paranhos elege Miss e Mister Beleza Indígena 2013
- 07** Índios são maioria em lista de ameaçados de morte em MT
- 08** CESIR/UNIR promoverá Seminário sobre a Política de Atenção Integral à Saúde Menta
- 09** Funai aprova estudos para criação de três terras indígenas
- 10** Projeto revela relação indígena com o conhecimento
- 11** Encontro estadual discute fundamentos legais da educação escolar indígena
- 12** Ibama apreende quase 600 toneladas de arroz plantado em área indígena em MT



Povos indígenas ocupam SESAI de Belém para denunciar precariedade no atendimento à saúde

SÍTIO CIMI, 23.04.2013

Cerca de 200 lideranças indígenas dos povos Tembé, Asurini do Trocará, Kayapó, Gavião e Kaapor ocuparam ontem, 22 de abril, a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), pertencente ao Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena (DSEI) Guatoc, em Belém, no Pará. As lideranças afirmam que se trata de uma ocupação pacífica que tem como principal objetivo denunciar a precariedade da gestão da saúde indígena e exigir a exoneração da atual gestora Daniela Cavalcante.

As comunidades denunciam que os pólos de saúde indígena têm diversas realidades: alguns não recebem medicamentos há sete meses, outros receberam durante poucos meses e há também outros que há anos não recebem nada. Outro grave problema é que há dois meses não há veículos para a retirada de pacientes das aldeias e para que o transporte das vacinas seja feito.

Segundo os indígenas, não há nenhum telefone para contato. Além disso, como a internet colocada nos pólos não funciona, eles não têm condições de repassar as informações exigidas por internet pelo próprio DSEI.

Eles afirmam que o Secretário Especial da Saúde Indígena, Antônio Alves, vem sendo avisado há meses de todos os problemas e precariedades da SESAI. No entanto, a situação não mudou. A nota à imprensa escrita pelas lideranças afirma que eles não são inimigos do Estado e que estão “apenas lutando por nossas conquistas e nossos direitos”.

As lideranças indígenas denunciam ainda que vêm sofrendo ameaças, chantagens e perseguições pelo fato de denunciar os problemas enfrentados pelas comunidades.

Segundo os indígenas, a situação é tão grave que o Ministério Público Federal já abriu inquérito para apurar as irregularidades.

O caos na saúde indígena é descrito pelas lideranças como resultado da falta de um processo democrático e participativo em que a indicação de pessoas para a ocupação de cargos na saúde não prioriza a afinidade com a causa indígena, o conhecimento cultural desses povos e, sobretudo, o respeito aos direitos indígenas.



Relatório pode servir de prova para devolução de terras indígenas

SÍTIO ESTADO DE MINAS, 23.04.2013

Índios caidiéus pretendem usar documento como prova em processo que tramita na Justiça pedindo reintegração de posse

A recém-descoberta documentação do Relatório Figueiredo – que apurou violações de direitos humanos de indígenas na década de 1960 e em décadas anteriores – pode ser um trunfo para os índios cadiuéus de Mato Grosso do Sul. Segundo um dos líderes desse povo, Francisco Matchua, de 51 anos, o texto pode ser usado como prova de que 140 mil hectares pertencentes a eles foram invadidos por fazendeiros. “Um processo tramitou no Supremo Tribunal Federal (STF) durante 30 anos pedindo as terras de volta. No ano passado ele voltou para Campo Grande (MS) e nada foi resolvido. Com certeza, esses documentos vão nos ajudar”, afirma.

O coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de Mato Grosso do Sul, Flávio Machado, concorda: “O Relatório Figueiredo vai ajudar a mudar a forma como o governo trata as populações indígenas no Brasil e ainda vai trazer várias bombas sobre a história recente do país”. De acordo com ele, uma sentença do ministro Celso de Mello enviou a ação que pedia as terras desses índios de volta ao estado de origem. A reserva da etnia Kadiwéu em Mato Grosso do Sul foi estabelecida por dom Pedro II como recompensa pela participação deles na Guerra do Paraguai (1864–1870) e continha 528 mil hectares.

O Estado de Minas narra, desde sexta-feira, os segredos contidos no famoso relatório produzido pelo procurador Jader de Figueiredo a mando do então ministro do Interior, Albuquerque Lima, entre novembro de 1967 e março de 1968. Tido como desaparecido em um incêndio no Ministério da Agricultura, ele foi encontrado no ano passado no Museu do Índio, no Rio de Janeiro. Nas mais de 7 mil páginas de investigação sobre atrocidades cometidas por fazendeiros e agentes do antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), constam depoimentos, fotos e registros da expedição que percorreu mais de 16 mil quilômetros pelo interior do país.

Ação de Estado

Para o deputado Domingos Dutra (PT-MA), ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e defensor de grupos indígenas, a descoberta do Relatório Figueiredo será fundamental para que venham à tona novos detalhes sobre atuações de órgãos do estado e grupos privados contra populações indígenas. “No Brasil, sempre existiu uma ação de Estado, nos três poderes, para manter a dizimação da cultura indígena. Tivemos no ano passado um decreto da presidente Dilma Rousseff autorizando intervenções das Forças Armadas em território indígena. Também são recorrentes decisões absurdas do Poder Judiciário determinando reintegração de posse para fazendeiros, e no Congresso, são poucas as medidas a favor dos índios”, afirma o petista.

CONT.



O parlamentar, que desconhecia o documento até a publicação da reportagem, prepara um requerimento para ter acesso ao material e para que a Comissão da Verdade dê prioridade às investigações sobre as atrocidades trazidas no relatório. A coordenadora do núcleo de luta pela terra da comissão, Maria Rita Kehl, disse ao Estado de Minas que a prioridade é investigar casos exemplares. “É um horror o que vimos nesse relatório”, ressalta Dutra. Segundo o parlamentar, a disputa mais urgente que está sendo travada na Câmara diz respeito à demarcação de territórios, principalmente na fronteira agrícola, na região Centro-Oeste do país. “Vamos lutar para que propostas que reduzem o direito dos índios, como por exemplo a PEC215 (que trata da demarcação), não sejam aprovadas, mas será preciso o apoio das lideranças partidárias”, diz.

O secretário-executivo do Cimi, Cleber Buzatto, afirmou que a entidade recebeu com muita alegria a notícia de que o relatório havia sido recuperado. “O documento desvela uma parte da história do Brasil que estava escondida. Embora bastante presente na memória de muitos povos, ela estava esquecida na historiografia do Brasil. Ele apresenta toda a desumanidade e a crueldade contra os indígenas e deve ser usado por povos indígenas numa série de enfrentamentos em todo o país”, avaliou.

Sub-representados O ex-ministro dos Direitos Humanos, deputado Nilmário Miranda (PT), se disse impressionado pelos relatos trazidos no Relatório Figueiredo. O parlamentar alerta para uma pressão existente para o retrocesso na causa indígena, principalmente no entorno de cidades onde a terra estaria hipervalorizada. Segundo ele, desde a Constituição de 1988, foram incluído vários direitos indígenas na legislação, mas sem que fossem capazes de impedir a tendência de imposição da cultura dominante. “São cerca de 40 mil indígenas acampados, esperando soluções da Justiça para saber se têm ou não direitos a terra. Nesses lugares, muitas assembleias estaduais concederam títulos de propriedade sobre terras da União, sem ter direito de fazê-lo. Criou-se então um problema complexo, já que envolve também milhares de pequenos agricultores que dependem de suas produções para sobreviver”, explica Nilmário.

A pouca, ou “praticamente inexistente”, representatividade dos grupos indígenas no Parlamento, no entanto, é apontada como fator que dificulta a derrubada de projetos contrários aos interesses dos povos nativos. Ele sustenta que os desejos de grandes empresários e produtores rurais encontram um apoio muito forte no Congresso, o que gera conflito direto com a causa indígena. “Temos no Brasil mais de um milhão de índios. São centenas de povos sem representação nenhuma. Então, a disputa é duríssima, já que os defensores da ideia do produtivismo sem limites têm uma força maior e não existe o respeito ao direito à terra e à cultura”, analisou Nilmário.



Indígenas denunciam abandono da Casai em Paragominas, PA

SÍTIO GLOBO.COM, 23.04.2013

Em Paragominas, sudeste do estado, as comemorações pelo Dia do Índio deram lugar à insatisfação com a falta de infraestrutura da Casa de Apoio a Saúde Indígena (Casai). Faltam macas, enfermarias, quartos. Os índios dormem em redes pelos corredores da casa e até construíram uma oca improvisada nos fundos do terreno.

No local, há lixo espalhado por todo lado, esgoto a céu aberto e banheiros em condições precárias. "Eu não to feliz. Feliz se eu estivesse na minha casa, mas eu tô aqui, quase no meio da rua dormindo. Quando chove molha tudo, olha como a casa tá... tudo feio", afirma Antônio Tembê.

A situação da Casai foi mostrada em junho de 2012. Crianças almoçavam sentadas no chão, por falta de um refeitório. Lonas eram utilizadas como paredes nos corredores para se proteger da chuva.

Dez meses se passaram e os indígenas ainda reclamam da estrutura da Casai. Eles dizem que a falta de higiene piora o estado de saúde dos indígenas. Além de não ter médicos para atender a demanda.

No quadro de funcionários, há apenas quatro enfermeiros e sete técnicos em enfermagem. Segundo a direção, em média 80 pacientes passam por mês pela Casai, em busca de tratamento. Mas sem o acompanhamento adequado, eles acabam buscando por atendimento no Hospital Municipal.

Faltam também remédios disponíveis para os índios. O local não é adequado para receber pacientes com viroses, infecções e recém nascidos. "A gente traz crianças, às vezes vem com uma doença, chega aqui se demorar muito, não pode, tem que retornar logo porque se ficar aqui, além daquela doença que já melhorou é arriscado pegar outra doença", conta a índia Agila Kapó.

A água para beber vem de um cano e a qualidade não é boa. "Não tem outra água pra gente beber, a água que tem é daí. Aí é o jeito a gente beber essa água mesmo. E criança ta adoecendo, adulto ta adoecendo e a gente não pode fazer nada", afirma Maiara Tembê.

A verba para compra de medicamentos e manutenção da Casai de Paragominas é repassada pelo Governo Federal ao Disei (Distrito Sanitário Especial Indígena), em Belém. O Disei na capital informou que a reportagem deveria procurar a assessoria do órgão, em Brasília. A reportagem da TV Liberal entrou em contato, mas não houve resposta.

A reportagem também procurou os responsáveis pela Casai em Paragominas, mas ninguém quis gravar entrevista.



A quem a FUNAI representa? - por Rubens Moreira Mendes Filho

SÍTIO O NORTÃO, 23.04.2013

Hoje, de novo, trato da questão indígena no Brasil e demonstro que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que deveria existir para defender os interesses dessas comunidades, é quem mais "joga contra", utiliza...

"A verdadeira história do Brasil confirma que a FUNAI não representa os interesses indígenas"

Brasília-DF, 23/04/2013 - Tenho ocupado este espaço para debater questões atuais e que interessam, efetivamente, à nossa sociedade. Não exponho aqui minha opinião pura e simples. Com o condão de enriquecer o debate, sempre me escudo em acadêmicos renomados, pesquisadores e especialistas nos temas que proponho.

Hoje, de novo, trato da questão indígena no Brasil e demonstro que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que deveria existir para defender os interesses dessas comunidades, é quem mais "joga contra", utiliza de má fé e cria embaraços à preservação dos índios e ao desenvolvimento do Brasil.

Encontrei na bem elaborada obra "Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil", de autoria do pesquisador e jornalista Leandro Narloch, o resgate da verdadeira história do nosso País. Não a que foi candidamente criada, mas a que de fato aconteceu. Interessante observar que a obra começa abordando exatamente a origem dos nossos índios, com base em longas pesquisas, o autor afirma:

"Os historiadores já fizeram retratos bem diversos dos índios brasileiros. Nos primeiros relatos, os nativos eram seres incivilizados, quase animais que precisaram ser domesticados ou derrotados. Uma visão oposta se propagou no século 19, com o indianismo romântico, que retratou os nativos como bons selvagens donos de uma moral intangível. Parte dessa visão continuou no século 20. Historiadores como Florestan Fernandes, em sua "A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá", de 1952, relata que a cultura indígena original e pura teria sido destruída pelos gananciosos e cruéis conquistadores europeus. Sendo esses índios, os bravos e corajosos que lutaram contra os portugueses. Surgiu assim o discurso tradicional que até hoje alimenta o conhecimento popular e difundido em salas de aula. Na última década a história mudou outra vez. Em uma nova leva de estudos, que ainda não se popularizou, sem negar as caçadas que os índios sofreram, os pesquisadores mostram que eles não foram só vítimas indefesas. Muitos índios foram amigos dos brancos, aliados em guerras, vizinhos que se misturaram até virar a população brasileira de hoje, como observa a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida, em sua tese "Os Índios Aldeados no Rio de Janeiro Colonial", do ano de 2000, quando afirma que 'os índios transformaram-se mais do que foram transformados'. Mais do que isso, por mais revolucionários que fossem as roupas e os objetos europeus, os índios não viam sentido em acumular bens e logo se cansavam de facas, anzóis e machados. Queriam era a qualidade de vida que viam nos europeus."

CONT.



Busquei essa longa citação da obra para mostrar que a mais ampla pesquisa feita em comunidades indígenas no Brasil, pelo Instituto Datafolha, em 2012, confirma exatamente isso. Para o desespero da FUNAI e dos pseudo ambientalistas, bancados com milhões de euros, e que já denunciei neste espaço, os índios responderam na pesquisa citada que não têm interesses em mais terras que as que já possuem. Eles desejam, sim, é ter acesso a serviços públicos de qualidade, como saúde e educação e a bens de consumo.

A prova maior da má fé, do desespero da utilização ideologizada da FUNAI e dos que se dizem defensores da natureza e utilizam os índios como fonte de “grandes e suspeitos negócios”, que também já abordei aqui, comprovou-se na invasão do plenário da Câmara dos Deputados na sessão do último dia 17, quarta-feira. Entendo e defendo ardorosamente, que aquela Casa é o mais legítimo espaço para se debater as questões nacionais. Ali discutimos, democrática e ordeiramente, tudo que a sociedade necessita com amplos e públicos debates. Por isso, não é aceitável que setores que afirmam representar segmentos importantes de nossa sociedade atentem contra nossa democracia ao tentar transformar o Congresso Nacional em palco de fanfarronices encobrendo seus reais interesses.

Mais do que isso. Represento dentro do espírito democrático que norteia nossa sociedade, o setor produtivo brasileiro. Aquele que contribui sobremaneira para o PIB nacional, que mais paga impostos, e o mais prejudicado pelas “ações” da FUNAI e desses pseudo defensores de “causas milionárias e mal esclarecidas”, e que se alimentam também do que produzimos.

Não aceitamos que apelem para medidas que a democracia já baniu de nossa sociedade, como guerrilhas e guerrinhas urbanas, menos ainda, quando tentam transformar em campo dessas falsas batalhas o Congresso Nacional.

Se o Congresso Nacional existe, basicamente, para debater com a sociedade e legislar em seu nome, por que razão a FUNAI e esses baderneiros querem impedir que discutamos ali, de maneira ordeira e democrática como sempre propomos a PEC 215/00? Se não cabe a nós, Congresso Nacional legislar, a quem essa gente deseja transferir essa prerrogativa? O que há de verdade por trás desses interesses? Quem é, de fato, a FUNAI e essa gente, e o que eles, sinceramente desejam e a quem representam? Aos nossos índios e ao Brasil certamente que não é. A história comprova isso.

Rubens Moreira Mendes Filho é deputado federal pelo PSD-RO e foi presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). E-mail: dep.moreiramendes@camara.leg.br

Site oficial: www.moreiramendes.com.br

Twitter: @moreiramendes55

Facebook: /MoreiraMendesRondonia

Autor: Rubens Moreira Mendes Filho

Audiência Pública analisa situação dos povos indígenas no RS

SÍTIO SUL21, 22.04.2013



Em Audiência Pública, representantes dos povos indígenas lamentam a ausência da demarcação de terras, e deputados temem retrocesso. Por Bernardo Jardim Ribeiro/Sul21

Na manhã desta segunda-feira (22), a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembleia Legislativa organizou Audiência Pública para debater a atual condição dos povos indígenas no Rio Grande do Sul. A discussão ocorre três dias após a comemoração do Dia Nacional do Índio no Brasil.

Requerida pelo deputado estadual Miki Breier (PSB), integrante da Comissão, a audiência recebeu representantes dos povos indígenas, dos órgãos públicos do estado e da Fundação Nacional do Índio (Funai), entre outros. A principal preocupação evidenciada na audiência teve como centro a urgência da demarcação das terras indígenas e a possibilidade de retrocesso em um cenário que já é pouco favorável aos interesses da população indígena.

CONT.



Na audiência, houve o reconhecimento unânime de que o poder público falha – por repetidos anos – ao não providenciar a demarcação das terras, direito previsto na Constituição Federal de 1988. Apesar de poucos avanços terem sido registrados, e da informação de que tribos permanecem vivendo em situação de miséria em vários estados do Brasil, os deputados presentes mostraram preocupação com o que consideram um novo problema: a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, já na pauta de votação da Câmara Federal.

A PEC, segundo a ementa disponibilizada pela Câmara, “inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.” Atualmente, a demarcação compete ao Poder Executivo.

A transferência da autonomia que era do Ministério da Justiça para o Congresso Nacional preocupou o presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, Jeferson Fernandes (PT), que encerrou a participação na audiência alertando que “hoje há uma onda contrária inclusive às medidas já conquistadas”.

Para a reportagem do Sul21, o deputado acrescentou que é necessária uma maior organização dos deputados que são favoráveis à causa indigenista. Para Jeferson, “a bancada ruralista está bem organizada, e o que precisamos, como contraponto, é de coragem para manifestar publicamente a nossa posição de valorizar e defender a população indígena”. O presidente da CCDH ainda afirmou que defende a criação de uma frente parlamentar que reúne deputados em sintonia com os anseios da população indígena.

Paranhos elege Miss e Mister Beleza Indígena 2013

SÍTIO O PROGRESSO - DOURADOS, 23.04.2013

As apresentações da cultura indígena de fora do município animaram o evento, como o grupo de hip hop Jovens Conscientes da Aldeia Bororó de Dourados



O ganhadores foram premiados e têm o direito de representar o município em nível estadual (Foto : Assessoria)

Na sexta-feira (19) na quadra da Telems, a prefeitura municipal através do departamento de cultura, realizou a grande final do concurso beleza indígena 2013, Paranhos inovou criando a Semana do Índio, pela primeira vez o município recebeu um evento desse porte com foco em resgatar a cultura indígena.

Os indígenas representam em torno de 40% da população do município O evento contou com a presença maciça da população e de autoridades, como o prefeito Julio Cesar, o vice Donizete, a primeira-dama Suzana Martins, o secretário de Educação Antonio Carlos, secretário de Esporte Aneil Marques, secretário de Obras Paulo Rodrigues, secretário de Saúde Aldinar Ramos Dias, gestora da Assistência Social Rosimeire Barreto, a diretora do departamento de cultura Adriana Ribeiro, o presidente da Câmara Romaldo Zonato, e os vereadores Nilson Vanderlei Marques, Helio Acosta, Elizabete Benites, Prof. Guto, Osmar Cordeiro, Maristela Bernal, Paulo Rufino e Fidencio Moraga, representante da Funai Flavio, representante da Sesai Maidana, a diretora da escola estadual Rita de Almeida, o diretor da escola municipal dr Mitsuro Saito Celso Shuler.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 067 / 2013

Brasília, 24 de abril de 2013.

Apresentações da cultura indígena de fora do município animaram o evento, como o grupo de hip hop Jovens Conscientes da Aldeia Bororó de Dourados, e um belo espetáculo de dança do grupo Arandu da Aldeia Amambai da cidade de Amambai arrancou aplausos da plateia.

A festividade marcou o encerramento da comemoração da Semana Indígena, um grande evento realizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a Secretaria de Esportes, no qual os indígenas contaram com torneios de futsal, brinquedos para as crianças, desfiles eliminatórios e apresentações culturais indígenas realizadas em todas as aldeias do município.

Fechando com chave de ouro a etapa final do desfile elegeu a representante da Aldeia Potrero Guassu Iasmim Valiente como a miss Beleza Indígena, na categoria masculina Vorley Pires também de Potrero Guassu, foi o grande vencedor.

O ganhadores foram premiados com uma filmadora cada um, além de conquistar o direito de representar o município em nível estadual.

“Através deste tipo de eventos destacamos e incluímos na sociedade um povo sofrido e que necessita do nosso apoio, ao mesmo tempo damos uma opção de entretenimento aos munícipes, o slogan da minha administração já diz este é um governo de todos”, disse o prefeito Julio Cesar.



Índios são maioria em lista de ameaçados de morte em MT

SÍTIO GLOBO.COM, 23.04.2013

*Dentre os 21 listados pela Pastoral da Terra, 18 são índios.
Ameaças de morte são frutos de conflitos no campo em 2012.*

Um levantamento anual realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontou que 21 pessoas sofreram ameaças de morte ao longo do ano de 2012 devido a conflitos no campo em Mato Grosso e 18 destas vítimas são índios das etnias Xavante e Myky. Além deles, a lista de vítimas inclui o bispo emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, e o ex-prefeito de Alto Boa Vista (município a 1.064 km de Cuiabá), Wanderley Perin.

Em 2011, a CPT identificou em Mato Grosso um total de 10 pessoas ameaçadas de morte por envolvimento em casos de disputa por terras. Três eram líderes indígenas da região da reserva Urubu Branco, em Confresa, a 1.160 km da capital.

Já o novo rol de ameaçados contém um total de 21 pessoas. Embora não mencionados nominalmente pela CPT, 15 são índios da etnia Myky, residentes da aldeia Japuíra, na terra indígena Menkü, perto de Brasnorte (a 580 km de Cuiabá). Os myky reivindicam a inclusão de uma área de quase 100 mil hectares. A alegação é de que a demarcação em 1987 não contemplou o trecho.

Em disputa judicial, produtores rurais da região de Brasnorte defendem-se afirmando que estão na região há mais de 30 anos e que a ampliação da reserva indígena seria ilegal.

Os demais indígenas constantes da lista de ameaçados são um cacique xavante da reserva de São Marcos e os também xavantes Mário e Damião Paridzané, ambos originários das terras de Marãiwatsédé, no nordeste do estado. Até o ano passado a área era ocupada por posseiros quando teve início, entre dezembro de 2012 e o início deste ano, operação policial de desintrusão após mais de 20 anos de disputa judicial.

Embora contatada pela reportagem do G1, a Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília, não se pronunciou até o fechamento desta reportagem a respeito dos indígenas ameaçados de morte.

Suiá Missú

Além dos Paridzané, a lista da CPT inclui o ex-prefeito de Alto Boa Vista, Wanderley Perin, e o bispo Casaldáliga como vítimas de ameaças em decorrência da disputa pelos mais de 165 mil hectares de Marãiwatsédé, antiga gleba Suiá Missú.

Perin contou que recebeu ameaças de morte direta e indiretamente, por meio do falatório na região, durante as manifestações dos posseiros da terra indígena ao longo do ano passado, quando estava à frente da Prefeitura de Alto Boa Vista.

CONT.



Desde então ele se declarava contra a permanência dos fazendeiros na área demarcada. Um dia, em um dos bloqueios realizados pelos fazendeiros em protesto, um manifestante chegou a lhe apontar uma arma de fogo, sendo logo impedido por um outro. Porém, não cessaram as ameaças veladas e o medo, relata o ex-prefeito. "Minha família se mudou para Goiás. Hoje, ainda não é igual uma vida normal, como era antes. Não vamos dar chance ao azar, né. É uma coisa que não acabou", lamenta.

Já o bispo Casaldáliga precisou até se mudar temporariamente de São Félix do Araguaia no final de 2012, quando começaram os trabalhos de desintrusão da terra indígena, com atuação da Força Nacional de Segurança, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Exército. Após a conclusão do despejo dos não-índios, porém, o sacerdote nunca mais recebeu qualquer ameaça e, segundo o padre Paulo Santos, que trabalha com o bispo na cidade, o catalão de 85 anos está tranquilo hoje em dia.

O último nome constante da lista da CPT é o de um líder de trabalhadores rurais da gleba Nhandu (Fazenda Cinco Estrelas), no município de Novo Mundo (a 791 km de Cuiabá).



CESIR/UNIR promoverá Seminário sobre a Política de Atenção Integral à Saúde Mental

SÍTIO RONDÔNIAOVIVO, 23.04.2013

A Universidade Federal de Rondônia (UNIR), por meio do Centro de Estudos em Saúde do Índio de Rondônia (CESIR), com apoio do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/Porto Velho), Ministério da Saúde (DECIT) e Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) realiza nos dias 8 a 10 de maio, o Seminário sobre a Política de Atenção Integral à Saúde Mental da População Indígena.

A abertura será realizada às 19h no auditório da UNIR Centro no dia 8 de maio com credenciamento a partir das 17h. A continuidade dos trabalhos será no campus de Porto Velho nos dias 9 e 10 de maio no Auditório e salas do prédio dos mestrados com conferências e grupos de trabalho.

O evento contará com a presença do psicólogo Lucas da Silva Nóbrega, Coordenador do Programa de Saúde Mental – SESAI/M.S. (Brasília/DF), da doutora Luciane Ouriques Ferreira da Escola Nacional de Saúde Pública/ Fundação Oswaldo Cruz e do doutor Maximiliano Loiola Ponte de Souza do Instituto Leônidas e Maria Deane, da Fiocruz/AM.

O Seminário tem a finalidade de debater os principais problemas de saúde mental no DSEI-Porto Velho/RO e definir possíveis estratégias de prevenção e tratamento a esses agravos físicos e sociais. Além dos profissionais diretamente envolvidos com o problema, este seminário interessa aos profissionais e discentes dos cursos de enfermagem, medicina e psicologia.

Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail seminariosaudementalindigena@gmail.com.

Para fazer sua inscrição, acesse

<https://docs.google.com/forms/d/1KfuyEroNIIYbUU9OqISCJ7Kw6EUHf62b64qsbhkERmA/viewform>.



Funai aprova estudos para criação de três terras indígenas

SÍTIO TERRA BRASIL, 23.04.2013

A Fundação Nacional do Índio (Funai) aprovou três estudos antropológicos que identificam e delimitam como terras tradicionalmente indígenas áreas localizadas nos estados de São Paulo, da Bahia, e do Amazonas. Os documentos foram publicados na edição de hoje (23) do Diário Oficial da União.

O relatório feito no município de Ubatuba (SP) foi coordenado pela antropóloga Celeste Ciccarone e reconhece a Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim, que totaliza uma área de 5.420 hectares, onde vivem 156 pessoas. Um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, aproximadamente as medidas oficiais de um campo de futebol. De acordo com o estudo, o grupo da etnia Guarani conhecido como mbya reivindica seus direitos territoriais sobre a área.

Na Bahia, foi reconhecida a Terra Indígena Tupinambá de Belmonte, com área de 9.521 hectares. A população em 2011 somava 65 habitantes. Segundo a antropóloga responsável, Manoela Freire de Oliveira, a região é ocupada permanentemente pelo povo tupinambá e apresenta as condições necessárias para as suas atividades produtivas.

Com área de 8.199 hectares, a Terra Indígena Lago do Limão, no município de Borba, Amazonas, foi reconhecida com base em estudo coordenado pela antropóloga Adriana Romano Athila. Em agosto de 2008, viviam 74 pessoas no local. O relatório diz que a proposta de limites abrange as áreas necessárias ao bem-estar do povo mura.

A publicação do resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação é a segunda etapa do procedimento de criação de uma terra indígena. A primeira é a instalação do grupo técnico responsável pelos estudos antropológicos. Após a divulgação do resumo, o procedimento segue para o reconhecimento do Ministério da Justiça, ao qual a Funai está subordinada. No final, é enviado à Presidência da República, a quem cabe aprovar a criação da terra indígena.

Projeto revela relação indígena com o conhecimento

SÍTIO PORTAL AGROSOFT, 23.04.2013

Indígenas da Escola Baniwa participantes de um projeto de piscicultura na região noroeste da Amazônia, além de aprenderem as técnicas, conseguiram desenvolver métodos de reprodução mais eficientes. O Projeto de Piscicultura no Alto Rio Negro tinha como meta garantir a segurança alimentar. Mas, a relação dos Baniwa com os peixes de cativeiro resultaram em laços que evitaram o seu consumo. "O projeto gerou um efeito diferente do esperado, tornou mais claras algumas ideias indígenas a respeito dos peixes e a relação que esses povos estabelecem com o conhecimento", afirma a antropóloga Milena Estorniolo.



Ela conta que a ideia de troca de perspectivas é comum entre os índios do projeto. "A partir dela, os peixes são equiparados a seres humanos, capazes de formar uma sociedade complexa", descreve Milena, ressaltando que "o controle da quantidade de animais caçados e pescados estaria baseado no temor e no respeito, mais do que em uma propensão natural em proteger a natureza".

No estudo de mestrado Laboratórios na floresta. Os Baniwa, os peixes e a piscicultura no alto rio Negro, desenvolvido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), a antropóloga acompanhou, em 2011, as atividades de piscicultura na Escola Indígena Baniwa e Coripaco Pamáali, sendo que a pesquisa completa se desenvolveu entre 2010 e 2012.

O Projeto de Piscicultura no Alto Rio Negro, localizado no noroeste Amazônico, surgiu a partir de uma parceria entre a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e o Instituto Socioambiental (ISA), uma ONG brasileira que trabalha, entre outros aspectos, as relações entre os povos indígenas e o meio ambiente. O projeto foi proposto em 1998, após a demarcação da Terra Indígena Alto Rio Negro, com o objetivo de reduzir uma escassez de peixes que os índios da região vinham alegando há alguns anos.

A ideia foi tornar os indígenas responsáveis por três estações de piscicultura, onde se tornaram técnicos e estavam encarregados de cuidar dos peixes, desde a sua alimentação e reprodução em cativeiro, até a distribuição para aldeias, famílias e escolas.

Na região, a pesca (assim como os rios e peixes) tem papel principal na cultura, não apenas como forma obtenção de alimentos, mas também em aspectos sociais. "Os rios e os peixes podem nos ajudar a compreender as relações que os indígenas estabelecem com os animais e

CONT.



com o que nós chamamos de natureza, que para eles têm um significado completamente diferente", explica Milena.

Os mitos e as conquistas

Para os indígenas, os peixes seriam semelhantes aos humanos, capazes de constituírem uma sociedade complexa, como a que vivemos. Para eles, os animais e plantas enxergam a si mesmos como seres humanos e enxergam os seres humanos como animais ou espíritos.

"Essa possibilidade de troca de perspectivas é algo muito elaborado e difundido no pensamento indígena, e foi batizado pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro de perspectivismo ameríndio, ideia que nos ajuda a entender as relações entre os índios do alto rio Negro e os peixes."

Os Baniwa são cuidadosos com a atividade da pesca visando evitar a ira das grandes serpentes, para eles, as responsáveis por dar a vida aos peixes. Muitos deles afirmam que os animais criados em cativeiro não são iguais aos dos rios e há, até mesmo, piscicultores que evitam matar e comer os peixes que eles mesmos criaram por possuírem laços afetivos com os animais.

Algumas lideranças dos Baniwa defendem que o projeto foi um sucesso, mesmo que ele tenha passado longe de abastecer as pessoas das aldeias da região: "Os indígenas estão mais interessados em domesticar os nossos saberes e conhecimentos do que em domesticar os próprios peixes", diz a antropóloga. "Além de não pensarem que estão sofrendo de problemas de segurança alimentar, querem nos mostrar que são tão capazes quanto nós de lidar com as tecnologias e conhecimentos científicos". As técnicas desenvolvidas pelos indígenas passaram a ser utilizadas pelas outras estações.

A aquisição de novas técnicas não levou a uma substituição ou a perda dos costumes indígenas. Ao contrário, a ciência acabou por se encaixar no sistema de conhecimento indígena e atuar em conjunto para uma melhor adaptação na piscicultura, no caso estudado.

Mais informações

Pesquisadora Milena Estorniolo

E-mails: milena.estorniolo@usp.br ou milenaestorniolo@hotmail.com



Encontro estadual discute fundamentos legais da educação escolar indígena
SÍTIO A CRÍTICA, 23.04.2013

A Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), em continuidade à execução das ações que visam à melhoria da qualidade da educação básica do Estado, iniciou ontem (22) o "Encontro Estadual para Elaboração dos Fundamentos Legais e Normativos da Educação Escolar Indígena de Mato Grosso do Sul", com o objetivo de elaborar documento normativo para os sistemas de ensino a fim de tornar a Educação Escolar Indígena projeto orgânico, articulado e sequenciado da educação básica em suas diferentes etapas e modalidades, sendo garantidas as especificidades dos processos educativos indígenas.

Mato Grosso do Sul conta com seis etnias: Guarani Kaiowá, Terena, Guató, Kadiwéu, Kinikinau e Ofaié, distribuídas em 27 municípios. Hoje, mais de 20 mil estudantes frequentam as aulas nas escolas indígenas, sendo 14 unidades da Rede Estadual de Ensino.

"O documento que será elaborado a partir desse encontro, que demonstra a integração entre as Redes Estadual e Municipais de ensino, servirá de modelo para outros Estados. Vamos ouvir os professores participantes para enriquecer e fortalecer o documento", ressalta a secretária de Estado de Educação, Maria Nilene Badeca da Costa. Para o representante da Aldeia Limão Verde, Aurélio de Oliveira, esse é um momento importante para a Educação Escolar Indígena. "Faremos o que for melhor e envolveremos os professores na construção de legislações", destaca.

Formação sempre

As formações continuadas, a construção e reforma de escolas e a elaboração e distribuição de material didático são exemplos do comprometimento do governo do Estado com a Educação Escolar Indígena. "Essas ações marcam o compromisso desta gestão com a melhoria contínua da qualidade da educação e dos currículos das escolas indígenas, que constituem processos importantes de construção de conhecimento e fortalecimento da identidade étnica e cultural das comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul", explica Nilene Badeca.

A SED oferece ainda os cursos de Normal Médio Indígena e os professores formados são capacitados para atuarem nos anos iniciais do ensino fundamental das escolas indígenas. Para dar continuidade a esse trabalho e atender às ações referentes ao ensino superior para as comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul, a SED formou parcerias, com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), cedendo professores para os cursos de Licenciatura Indígena.

O evento, que conta com a participação de aproximadamente mil profissionais entre professores, coordenadores pedagógicos, gestores e técnicos pedagógicos das escolas indígenas das Redes de Ensino Estadual, Municipais e Particular, acontece em quatro etapas: de 22 a 26 de abril; de 13 a 17 de maio; de 10 a 14 de junho e de 24 a 28 de julho, no Eco Hotel do Lago, em Campo Grande.



Ibama apreende quase 600 toneladas de arroz plantado em área indígena em MT
SÍTIO SÓ NOTÍCIAS, 22.04.2013

O Ibama flagrou a colheita de 250 hectares de arroz plantado em área embargada. A parte irregular da fazenda está dentro da terra indígena Irantxe-Manoki, em Brasnorte. Quando as equipes de agentes ambientais federais chegaram ao local, só havia 39 toneladas, o restante do arroz, 550 toneladas, já haviam sido retiradas e estocadas para venda.

Imediatamente à apreensão do arroz que ainda estava no local, o Serviço de Inteligência do Ibama começou o rastreamento do cereal que já havia sido retirado e encaminhado para o beneficiamento. A partir das informações colhidas junto aos caminhoneiros contratados para o transporte do grão, junto aos sistemas de controle internos do Ibama e das secretarias de Fazenda e de Meio Ambiente do estado do Mato Grosso, foi possível chegar a Sapezal, município vizinho a Brasnorte. Lá estavam as 545 toneladas de arroz colhidas na terra indígena, de forma ilegal.

Esse arroz será doado à Fundação Nacional do Índio (Funai) e a instituições de caridade que se enquadram nos pré-requisitos determinados pelo órgão federal. As 39 toneladas encontradas no local foram doadas à prefeitura de Brasnorte. Segundo o secretário da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município, Reginaldo Ribeiro, o arroz doado será incluído na alimentação dos alunos da rede escolar e das instituições assistenciais mantidas pela prefeitura. "Esse arroz recebido representa 35% de economia para os cofres da prefeitura de Brasnorte", informa o secretário.

De acordo com a coordenadora da operação Onda Verde na região de Juína, Cláudia Zagaglia, esse é um exemplo do que o Ibama pretende nesta missão, combater a cadeia produtiva ilegal. Segundo ela, essa cadeia é a que desmata ilegalmente, visando exclusivamente ao lucro, sem se preocupar com o meio ambiente. "Nessas situações, é comum encontrar trabalho análogo ao trabalho escravo, uso de defensivos agrícolas de modo irregular, evasão de divisas, além do desmatamento, que gera grande alteração no ecossistema".

Além do grão, foram apreendidos um trator e duas colheitadeiras. O equipamento será retirado do local nos próximos dias.